

SEMINÁRIO **"A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas"**

Patrocínio:



Realização:



18 de maio de 2004
Brasília-DF

As Micro e Pequenas Empresas no Brasil-Histórico, Situação Atual e Desafios

Deputado Augusto Nardes

Quero convidar o deputado Gerson Gabrielli para ser moderador deste evento, já que teremos um debate posteriormente, por parte também dos técnicos.

Mestre de Cerimônias

Registramos ainda a presença do senhor Ennius Muniz, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal, CDL; do senhor Pedro Coelho, presidente da FENACOM; do senhor Leonardo Miranda, presidente da Federação Mineira da Micro e Pequena Empresa; do senhor José Tarcísio da Silva, presidente da Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços, CONEMPEC.

Eu pediria a todos que ocupassem seus lugares, para darmos continuidade imediatamente aos trabalhos.

Chamamos também à Mesa o senhor presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, CNDL, Carlos Henrique Levandowski; senhor presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Luiz Otávio Gomes; senhor presidente da FENACOM, Pedro Coelho; senhor coordenador do núcleo parlamentar da FIESP, Marcelo Cordeiro; senhor assessor chefe da Assessoria de Assuntos Legislativos do SEBRAE, Antonio Carlos Pojo do Rego.

Teremos agora o início das atividades técnicas, com a apresentação "As Micro e Pequenas Empresas no Brasil - Histórico, Situação Atual e Desafios", feita pelo senhor presidente do Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa, Ercílio Santinoni. Com a palavra, o deputado Gerson Gabrielli, que coordenará os trabalhos desta Mesa.

Deputado Gerson Gabrielli

Muito bom dia a todos. Eu queria consagrar e celebrar esta manhã como uma manhã importante, como foi falado aqui, um marco regulatório, palavra que está na moda, para que possamos dar uma virada definitiva nesta quase unanimidade nacional, que é a micro e pequena empresa. Eu só não digo que é uma unanimidade porque, muitas vezes, os governos fazem muitos discursos em prol da pequena empresa, mas, na praxe, a burocracia segura as boas intenções.

As lideranças aqui presentes são lideranças expressivas, pessoas que têm vinculação e compromisso com o setor produtivo nacional, e podem efetivamente fazer com que a micro e pequena empresa seja uma realidade concreta, objetiva, transformadora da vida das pessoas.

No Brasil, fala-se muito em empresas, espaços, em dívidas externas e internas, muitas coisas são faladas, mas se esquece que há vidas numa empresa. O que este Seminário propõe é tratar de vidas, porque cada empresa que sobrevive no Brasil significa que estamos mantendo vivos os sonhos. A pequena empresa é um sonho, um sonho de todo brasileiro se tornar empreendedor num país onde a empregabilidade está cada vez mais distante de cada um de nós.

Eu não poderia fazer e começar esta reunião sem celebrar o SEBRAE. Difícil entender Brasil, micro e pequena empresa, sem o SEBRAE. Cada pessoa tem uma visão do SEBRAE, mas quem convive com essa instituição desde a época do Ceag sabe que, sem o SEBRAE, sem o corpo qualificado de técnicos, talvez o melhor quadro do Brasil, não estaríamos aqui hoje, muitas empresas no Brasil não estariam vivas e uma geração de empreendedores, que o SEBRAE vem motivando para que surja e se mantenha, não teria existido. Quero celebrar, através do presidente e meu amigo, Silvano Gianni, a todo corpo diretivo e técnico do SEBRAE. Temos todos o compromisso com o SEBRAE de mantê-lo vivo e ativo, para que possa ser de fato um divisor de águas entre o discurso dos governantes, que muitas vezes usam a pequena empresa para se elegerem, um órgão que faz com que a micro e pequena empresa seja uma das saídas do Brasil.

Imediatamente, passo a palavra ao meu amigo e líder, Ercílio Santinoni, que vem fazendo um movimento que está minando, que vem crescendo em todo o país. Ele é o líder desse setor. Honra-

me muito, Ercílio e todos os meus amigos que compõem esta Mesa, dar a palavra a vossa excelência.

Senhor Ercílio Santinoni

Obrigado, deputado Gerson Gabrielli. Eu declinei de falar na abertura do evento para sobrar uns minutos a mais para o material que eu trouxe, que penso ser mais importante, pois já tinham falado quase tudo que eu ia falar.

Eu vou passar rapidamente pela história do movimento e entrar na parte que mais interessa, mas é importante também sabermos como surgiu o movimento e o que ele representa dentro do segmento da micro e pequena empresa.

As pequenas empresas começaram a se reunir em entidades em 1979. As primeiras entidades apareceram em Curitiba, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, parece que também em Belém do Pará. Isso começou a se juntar, e em 1983 começaram a se reunir em nível nacional. Fizemos um movimento pela aprovação da lei 7.256, e me orgulho de ter participado desde aquela época do movimento, como presidente da Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná.

Na mesma época que aprovamos a lei 7.256, quando visitamos todos os deputados naquele trabalho inicial, quando a micro, pequena e a grande empresa eram tratadas com uma única legislação, criamos a Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa, CONAMPE. Infelizmente, logo em seguida se criou a CNEPP, Confederação Nacional das Empresas de Pequeno Porte. Com duas, ao invés de ajudar, atrapalhou um pouco.

Essas entidades e associações foram muito reconhecidas na década de 80 porque o país passava por uma situação de vários planos econômicos, e as entidades buscaram, então, aprimoramento específico e também buscar as linhas de crédito compatíveis com o lucro e o tamanho dessas empresas. Quando chegou a época da Constituinte, em 1988, nós tivemos, digamos assim, o que consideramos uma recompensa para aquele aglomerado de associações em todo o país, que vinham com seus recursos próprios até Brasília para lutar pelo pequeno e microempresário. Conseguimos nos mobilizar e, disso, saíram os artigos 170 e 179 da Constituição. Na época, também lutamos muito pela não extinção do CEBRAE, com "C", e os CEAGs, quando, na época, no estado do Paraná, inclusive ajudamos a conseguir dinheiro para pagar os funcionários, pois os governos estaduais os estavam deixando à mingua. Quando ficamos de fora do Conselho Nacional do SEBRAE, mobilizamos através do Senador Mansueto de Lavor e conseguimos instituir e aprovar a lei 8.154, em dezembro de 1990, criando as 3 vagas para as entidades nacionais representativas de micro e pequenas empresas.

Também em 1990 extinguímos a CONAMPE e a CNEPP, nos juntamos e criamos um movimento único, que se chamou MONAMPE, que teve sua fundação oficial em 25 de agosto de 1992. Sua principal atividade deveria ser criar três confederações nacionais aos moldes da lei 8.154, os moldes que têm hoje a CNI, a CNA e a CNC. Foram, então, em 24 de agosto de 1994, criadas a CONAMPEI, Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas Industriais, a CONEMPEC, que é do Comércio e Serviço, cujo presidente atual é o José Tarcísio da Silva, que está aqui conosco, e a CONEMPA, que é da produção agrícola, e está presente também o seu presidente, Valdir de Paula.

É importante sabermos isso, mas o mais importante é sabermos como está a micro e pequena empresa hoje e do que ela está se ressentindo. Estamos realmente sentindo que os custos já não definem os preços e a competição não é mais com os vizinhos; já é em nível mundial, não existe margem de lucro suficiente para que possam crescer como antigamente as empresas faziam, e não vemos outra saída senão o associativismo. Infelizmente, mesmo no associativismo, as empresas e os empresários brasileiros não são muito afetos. A primeira coisa que eles deixam de pagar, principalmente o pequeno, é a mensalidade da Associação, da Federação. Estamos precisando nos unir mais e defender as mudanças tributárias, a burocracia, porque tudo aquilo que tiramos de burocrático na década de 80, voltou tudo.

O maior problema da micro e pequena empresa hoje é a burocracia. O Simples, que era a redenção do pequeno empresário e da pequena empresa, hoje excluiu praticamente todos os serviços. Então, o comércio e a indústria ficam, e o serviço fica todo fora, um verdadeiro "salve-se quem puder".

Além do problema da tributação, temos o problema da Justiça do Trabalho. No Ministério do Trabalho, a fiscalização do setor continua cada vez mais rígida, mais achacante até, e não vemos outra saída sem que haja uma mudança radical nesse setor para que possamos contratar nossos empregados. Hoje, a pequena empresa que tem um empregado, se ele for embora, ou se ela tiver que mandar embora por um problema qualquer, vai fechar a empresa, porque ele vai na Justiça do Trabalho com aqueles pedidos padrões, que são aprovados facilmente pelo Juiz, e nós temos que fazer o depósito recursal. Na maioria das vezes, qualquer pequena coisa implica 5, 6, 8, 10 mil reais. O depósito recursal chega a mais de 4 mil reais. Não temos para depositar, 8 dias depois estamos à revelia e devendo o que não estávamos. Então, é um problema sério.

Há também a falta de diálogo, até um radicalismo, que notamos na Secretaria da Receita Federal. Quando o Lula ganhou, pensei que estaríamos livres do Everardo. Aí, ele deixou o companheiro, que é mais radical ainda, com quem realmente não há diálogo. A meu ver, na situação atual está faltando diálogo do governo, da Receita, e está faltando que as mudanças tragam benefícios. Se os senhores notarem, com a Medida Provisória 66 do PIS, ao invés de incluirmos mais empresas no Simples, tivemos um aumento de 50% na alíquota dos prestadores de serviço que conseguiram entrar no Simples. Então, muitos que estavam no Simples acabaram tendo que sair em função disso. Agora, temos também o COFINS. De 1996 até hoje, só tivemos aumento de tributação. Não tivemos nenhum avanço para diminuir a tributação e a burocracia na micro e pequena empresa.

Acredito que essa é uma saída para esses desafios que temos que enfrentar para as entidades representativas, como estão hoje aqui, que penso ser um marco da segunda etapa da discussão dos problemas da micro e pequena empresa, pois a primeira etapa começou em Belém do Pará, o MONAMPE, a ABASE, o SEBRAE, a CNC, Jovens Empresários, várias instituições, creio que tínhamos lá representantes de todas as confederações, onde começamos a discutir as necessidades para apresentar aos presidentes. Depois, tivemos uma série de reuniões, creio que 8 ou 10, com participação de técnicos do SEBRAE, diretores da ABASE e todo nosso pessoal, até chegarmos àquele documento que foi entregue aos presidentes, discutido também no 2º Congresso Nacional da Micro e Pequena Empresa, no Senado, no ano passado.

Desde 2002, estamos lutando por isso, e acredito que, na Constituinte, com o apoio do SEBRAE e de todas essas entidades, nós conseguimos um avanço. No entanto, esse avanço está na Constituição, mas neste país, para se fazer valer alguma coisa da Constituição, há um grande caminho a seguir. Penso que hoje estamos reiniciando esse debate para que, realmente, tenhamos o "Super Simples". Será bastante difícil chegarmos a um consenso, acredito até que teremos um "Super Simples" de cada estado, mas espero que pelo menos possamos unificar essas legislações e reduzir a burocracia da micro e pequena empresa.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é um sonho. Entendo que vamos longe com essa lei. No entanto, há realmente a necessidade de uma mobilização maior para que possamos conscientizar o governo federal do que é necessário, nessas condições que estão sendo propostas. Sabemos que no Congresso Nacional, os deputados têm acompanhado o trabalho, inclusive o MONAMPE hoje tem um grande espaço de debate dentro do Congresso Nacional, tem trabalhado em conjunto. A Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que ajudamos a criar, de nossos companheiros que estão aqui de vários estados do Brasil, fomos de gabinete em gabinete, tem trabalhado junto conosco o tempo todo. Então, o MONAMPE é basicamente uma ponta de lança dessa Frente naquilo que ela não pode fazer, que é o trabalho fora, o trabalho da mobilização fora. Queremos continuar isso, juntamente com o SEBRAE, com a ABASE e com as grandes confederações, ou confederações tradicionais, para que, realmente, consigamos ter uma legislação trabalhista menos punitiva, uma carga tributária condizente com as nossas possibilidades e encargos financeiros compatíveis. Se há encargos financeiros menores para a agricultura porque os agricultores não podem pagar, deveria ter também para nós da micro e pequena empresa, que não podemos pagar. Sem contar com a falta de uma política, que não há no país ainda, das compras governamentais e da exportação para micro e pequena empresa. É muito bonito, todo mundo fala, o Ministro Furlan está todo dia dizendo que precisamos exportar, só que nada foi feito para beneficiar a micro e pequena empresa a fim de possibilitar que ela acesse esses mercados. A vontade do Ministro é grande, mas não consegue tirar os entraves do papel. Mesmo para o Mercosul, temos encontrado muitas dificuldades para exportar.

Acredito que, para o debate, essas seriam as colocações que eu teria que fazer. Quero agradecer a presença dos nossos companheiros do MONAMPE de 12 estados que já chegaram e alguns devem estar sobrevoando Brasília ainda. Espero que tenhamos, no futuro, vários encontros como este, sempre cada vez mais na parte técnica, na parte de colocar no papel, para analisar o que os técnicos do SEBRAE fizeram com todos aqueles documentos que juntamos naquela Semana da Micro e Pequena Empresa, que todos participamos, a fim de sairmos todos daqui com um consenso sobre essa legislação. Muito obrigado a todos.

Deputado Gerson Gabrielli

Eu queria convidar o Manuel Alexandre, representando todos os superintendentes do SEBRAE no Brasil, para que pudesse compor a Mesa, em homenagem a todos os nossos superintendentes. O nosso Luiz Otavio, que é o líder das Associações Comerciais do Brasil, e o meu amigo Carlos Levandowski, que é o presidente da CNDL, abriam mão de falar agora porque já falaram na abertura, mas eu tenho, por formação cristã, honrar a quem honra, e eu queria honrar algumas pessoas que estão aqui, e queria começar com Marcelo Cordeiro, esse amigo, esse companheiro que nos ajudou, que foi uma peça fundamental na aprovação do REFIS, quando nosso Presidente Fernando Henrique avocou para o Planalto a gestão da formatação do REFIS, já que o Everardo era contra. Tivemos um contato muito estreito, além de sermos conterrâneos. Ele coordenou aquele núcleo junto com Paulo de Souza, um engenheiro paulista, e ficamos juntos, por muito tempo, esgrimindo a formatação do primeiro REFIS. A palavra é sua, amigo.

Senhor Marcelo Cordeiro

Deputado Gerson Gabrielli, que preside esta sessão, em nome de quem eu saúdo todos os componentes da Mesa, deputados Walter Feldman, Julio Semeghini, Augusto Nardes, meu caro amigo presidente do SEBRAE, Silvano Gianni, meus senhores e minhas senhoras. Serei breve para que os debates se sucedam, mas, antes de concluir o meu discurso, quero dizer que aqui represento uma federação de indústrias que tem como um de seus objetivos estratégicos o compromisso com a pequena empresa, mais pela consciência de que a grande empresa não sobrevive, nas condições em que se organizou a economia e a produção moderna, sem o contributo da pequena empresa. É ela que, estimulada e assumindo formas modernas de organização, pode e, fatalmente, deve se inserir na cadeia da produção com mais agilidade, com mais produtividade do que a grande empresa. Disse até que a grande empresa tende a se reduzir a uma empresa de *marketing*, de negócios, e não de produção, enquanto a pequena empresa é a provedora do processo produtivo. Vi com meus próprios olhos na Itália isso acontecendo. Grandes marcas, famosas e conhecidas, produtoras, por exemplo, de jeans, sem produzir sequer uma calça, produzindo apenas o *software*, entregando

a linha, o botão e o desenho a pequenas empresas espalhadas, principalmente no sul da Itália (a região mais pobre desse país), para que elas produzissem e depois a grande empresa colocasse nos grandes mercados com os instrumentos de que dispõe.

Eu me recuso, às vezes, a dar um tom que possa se assemelhar a uma lamúria em relação à pequena empresa, porque o papel da pequena empresa é um papel estratégico, um papel necessário e, por isso, não pode haver governo, nem sociedade, que lhe recuse uma participação privilegiada, que lhe assegure uma condição de crescimento e, mais do que crescimento, de modernização.

A FIESP, através de sua diretoria, de seu presidente, já definiu com toda clareza o seu compromisso umbilical, profundo, com a micro e a pequena empresa.

Em segundo lugar, eu acredito que as grandes estruturas, onde deve ser sustentado o crescimento econômico, estão minadas em nosso país. Algumas iniciativas na direção de fortalecê-las e recuperá-las foram adotadas no passado. Não se pode jogar somente pedras no passado, mas tiveram uma grande descontinuidade. Eu mesmo presidi e coordenei um programa criado pela Presidência da República, o Brasil Empreendedor, que ninguém é dado desconhecer os frutos que colheu e os resultados que obteve, como também ninguém poderá dizer que ali chegamos aos objetivos colimados. Ali, arranhamos alguns objetivos. Iniciamos um processo fundamental, que era destravar o crédito que, no setor da banca privada, não é oferecido à pequena empresa. No setor público, nos bancos estatais, era oferecido com má vontade e juros escorchantes. Então, foi preciso começar a fazer com que o banco público emprestasse, ainda que não emprestasse como desejávamos, mas começasse a emprestar. Isso significou empréstimos, no ano de 2000, de cerca de 10 bilhões de reais. Agora, é impossível avançar sem alterar profundamente o sistema bancário brasileiro, porque, nos juros, no financiamento, está uma das motivações principais da existência da empresa. Na pequena empresa, cujo proprietário é o possuidor do talento, da capacidade de empreender, porque lhe falecem recursos, pois não é no capital que a pequena empresa se sustenta, mas na criatividade e na capacidade de empreender, alguém tem que lhe oferecer o capital. Esse alguém, num primeiro momento, até que o êxito se estabeleça, é o poder público, é o Estado, é a banca pública, para ser seguida, depois, pela banca privada, porque esta só costuma ir aonde as coisas já foram exitosas. Esta é a realidade.

Acredito que um outro ponto também essencial é a tributação. Esta se degenerou no Brasil. Uma mentalidade tributarista altamente vinculada à concepção arrecadadora do Estado leviatã, impiedoso e cruel, insensível a objetivos estratégicos que a própria sociedade, por sua vontade, tantas vezes manifesta. O Estado termina por ser um elemento de perturbação do processo produtivo, levando à penúria, seja pelos meios tributários, seja pelos meios da legislação trabalhista, as empresas incapacitadas de enfrentar as suas exigências.

Por outro lado, temos que desenvolver o associativismo e a conjugação das pequenas empresas, porque é através dos arranjos produtivos locais que elas puxam o sistema produtivo para cima e ajudam os sistemas produtivos a integrarem os recursos da nação e a transformarem em bens e riquezas que vão beneficiar a todos. O associativismo não se desenvolve sozinho; é preciso que haja estímulos do poder público, que ele seja um organizador, um planejador desta atividade, sendo isto um fator importante na substituição de sua antiga atividade de investidor, de capitalista, para ser, de fato, o Estado organizador do bem-estar, do progresso, da integração dos indivíduos, da vida produtiva do país.

Essas são questões que eu levanto, que espero ver tratadas no debate. Reconheço que a dissertação do companheiro foi muito abrangente, muito totalizadora, e desejo, em nome da FIESP, que o debate se trave com a maior profundidade e envergadura, o que é de se esperar de um auditório tão seletivo e representativo. Muito obrigado.

Deputado Gerson Gabrielli

Estamos com o tempo um pouco exíguo. Queria apenas passar a palavra ao Pedro Coelho e ao Alexandre para, em 2 minutos, cada um fazer uma saudação e dar o tom da visão deles sobre o encaminhamento dos trabalhos daqui para frente.

Senhor Pedro Coelho

Caro deputado Gerson Gabrielli, presidente do Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, caros presidentes do IPED, do MONAMPE, da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, queria cumprimentá-los pela iniciativa de realização deste Seminário, que nós consideramos da maior importância. Quero também cumprimentar a todos que estão aqui presentes.

A nossa expectativa enquanto empresa de prestação de serviço de contabilidade é muito grande em relação a esse "Super Simples", a esse estudo que está sendo feito para simplificar e para proteger a micro e pequena empresa. Eu coloco aqui que a FENACOM é uma das federações que congrega os excluídos, porque nós somos micro e pequena empresa, mas até hoje não somos reconhecidos como tal. A maioria de nossas empresas é de micro e pequena, a maioria de outros segmentos também, mas não somos reconhecidos dessa forma, de maneira que eu espero que esse "Super Simples", e é evidente que nos colocamos à disposição para colaborar no que for preciso, traga uma redução da carga tributária porque, como sabemos, é impossível continuar com o que está aí, que é um estímulo à sonegação, à evasão, ou seja lá que nome se queira dar. O governo está na contramão em aumentar a carga tributária. O que estamos vendo é uma expectativa de cada vez mais termos aumento na carga tributária.

Esperamos também que esse estudo que está sendo feito traga uma simplificação na forma de arrecadação. Estamos no limite. Agora, com a lei que criou o COFINS, a coisa chegou ao extremo, porque foi criada uma metodologia de retenção na fonte que, se formos entrar em detalhes aqui, os senhores vão ver que é uma brincadeira o que o governo está exigindo. Então, é preciso simplificar. Não podemos continuar com essa burocracia. Estou falando aqui representando as empresas que são obrigadas a cumprir esses mecanismos que o governo cria.

A nossa expectativa também é que haja uma universalidade dos benefícios para as microempresas, sejam elas da área de indústria, comércio, ou prestação de serviços. Não é possível continuar deixando determinadas empresas de fora. Também, que se tenha uma proteção para essas micro e pequenas empresas, porque nós não podemos ficar sujeitos, quer dizer, fazemos um planejamento e, de repente, o governo aumenta a carga tributária em 1 ou 2%, como se isso fosse possível numa empresa. Temos que esclarecer para o governo que quem paga o tributo é o pobre do contribuinte. Nós, empresas, de fato não pagamos; nós só pagamos impostos sobre o lucro que é gerado na empresa, o que não existe mais. Então, isso precisa acontecer e, para que isso aconteça, precisamos de diálogo. Temos que chegar para o nosso amigo Rachid e dizer que quando ele for criar um novo modelo, quando ele der uma idéia para aumentar a carga tributária, que ele nos chame para trocarmos idéias e para conversarmos. Falta diálogo neste país. Obrigado.

Deputado Gerson Gabrielli

Obrigado. Esse é o líder dos contadores de todo o Brasil. Com a palavra, o senhor Pojo. O deputado Augusto Nardes está um pouco preocupado com o tempo, então, vamos ajudar a amenizar.

Senhor Antonio Carlos Pojo do Rego

Eu vou, certamente, poder colaborar com a questão do tempo. Eu queria agradecer ao deputado Gerson Gabrielli pelo convite e, também, acima de tudo, reconhecer a atuação que a diretoria do SEBRAE teve no sentido de identificar a importância do acompanhamento legislativo do setor e para o sistema SEBRAE. Isso tem sido muito importante e nós entendemos que essa forma de verificar a importância da formulação e do papel do Congresso na formulação de políticas públicas adequadas do setor é realmente uma mudança de posição, no sentido de passarmos do atendimento que o SEBRAE tem feito em milhares de casos para o atendimento de milhões. A forma de fazer isso só pode se dar através da formulação de políticas públicas adequadas. Nós reconhecemos que, embora o foco da formulação de políticas públicas no nosso país ocorra no Executivo, ele precisa necessariamente passar pelo reconhecimento do papel do Congresso Nacional na discussão dessas políticas, no debate democrático e, acima de tudo, no papel de acompanhamento e de controle da execução dessas políticas. Então, o convite do deputado deve estar ligado exatamente a isso, à idéia de que o SEBRAE precisa estar presente no Congresso, fazendo o que algumas pessoas chamam do bom *lobby*, que é no sentido exatamente de fazer valer e discutir essas propostas. De qualquer forma, o mais adequado é que os assessores legislativos não falem, mas que falem os deputados. Muito obrigado.

Senhor Manuel Antônio Vieira Alexandre

Bom-dia a todos. Quero inicialmente saudar nosso amigo, deputado Gabrielli, em nome de quem eu saúdo os componentes da Mesa, saudar o deputado Augusto Nardes, em nome de quem eu saúdo os parlamentares aqui presentes, saudar o presidente Silvano Gianni, em nome de quem eu saúdo os nossos companheiros do SEBRAE nacional, saudar o Santinoni, em nome de quem eu saúdo todos os representantes de entidades de classe, minhas senhoras e meus senhores. Tomado de surpresa, eu quero registrar, em nome do nosso presidente, Hélio Cadore, que preside a Associação Brasileira dos SEBRAEs Estaduais, ABASE, uma entidade que existe desde 1985, que tem compartilhado ao longo dessa caminhada vários dos momentos citados pelo Ercílio Santinoni na defesa do sistema SEBRAE, na defesa da micro e da pequena empresa brasileira.

Quero dizer que estamos nessa caminhada desde a citação que o Santinoni fez dos documentos que foram elaborados e que serviram de base para que essa fosse a matéria-prima para a construção da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa. A ABASE também esteve presente na Semana da Microempresa, apoiando em todos os estados, através dos seus associados e dos SEBRAEs estaduais, os eventos que foram aqui citados. Quero também dizer que apostamos muito nessa idéia. Tudo que foi dito aqui é absolutamente verdadeiro no sentido de que devemos tratar desigualmente os desiguais.

Na semana passada, tivemos a oportunidade, numa reunião do nosso Conselho de Associados, que foi realizada em Foz do Iguaçu e antecedeu a reunião dos superintendentes com a diretoria do SEBRAE nacional, de ter um debate muito intenso sobre a questão da informalidade no Brasil. Estudos desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas, através do professor Marcelo Nery, com a participação também do professor José Amâncio Camargo, nos deram a firme convicção de que precisamos mudar radicalmente a realidade deste país.

Segundo os dados do professor Marcelo Nery, 85% das empresas brasileiras estão na informalidade ou sonégam impostos. Essa é uma realidade cruel que, adicionada aos números já aqui mencionados pelo presidente do SEBRAE, Silvano Gianni, nos dá a certeza absoluta de que essa realidade precisa urgentemente ser alterada. A ABASE aposta nisso, sob a liderança do SEBRAE nacional, sob a liderança das entidades de classe, sob a liderança da classe política. Nós entendemos

que, desta vez, teremos todo o ambiente e toda a condição para mudar a realidade brasileira. Muito obrigado.

Deputado Gerson Gabrielli

Quero agradecer a presença de todos os componentes da Mesa. Queria fazer um registro, antes de devolver a palavra ao Ercílio, de 2 amigos, 2 companheiros, o Julio Semeghini e o Walter Feldman, que são parlamentares excepcionais, que chamamos "do alto clero" do Congresso Nacional. Esses dois companheiros têm uma ação destacadíssima no Congresso, cada um no seu mister, mas eu queria registrar exatamente o compromisso desses companheiros, principalmente com a reforma tributária, e a solidariedade deles com relação à micro e à pequena empresa, ombreando-se com o Nardes no Congresso Nacional. Honra a quem honra. O Brasil costuma honrar depois que as pessoas morrem; fazem estátuas, fazem livros. Em vida, as pessoas são muito invejosas, competem muito umas com as outras, e o processo no Brasil é autofágico, autodestrutível. Paga-se dois para a pessoa não ganhar um. Eu quero sempre dizer, meus amigos Augusto Nardes, Julio Semeghini, Walter Feldman, que eu tenho orgulho de ser parlamentar no Brasil, principalmente na companhia dos senhores. Muito obrigado a todos.

Senhor Ercílio Santinoni

Apenas para complementar, eu queria lembrar que nessa semana os jornais mostraram que o COFINS não aumentou a carga tributária brasileira. Que bom, não é? Só 22%.

Quero agradecer ao meu amigo Augusto Nardes pelo convite para participarmos junto com a Frente e com o IPED, cujo presidente é o Cachum, a quem também quero agradecer. Nós estamos angariando cada vez mais entidades junto conosco nessa luta pela micro e pequena empresa. Vou ficar o dia todo à disposição para qualquer debate em que eu possa contribuir.

Senhor Joel Câmara

Questão de ordem, presidente: na platéia, têm pessoas que querem participar, que não vieram apenas para ser assistentes, mas que têm alguma contribuição a dar. Assim como nós ouvimos Vossas Senhorias, Vossas Excelências, nós sairíamos profundamente frustrados se não tivéssemos a oportunidade de darmos a nossa contribuição, porque foram levantadas questões fundamentais e quero que fique gravado o que eu disse.

Mestre de Cerimônias

À tarde haverá espaço para os presentes participarem...

Senhor Joel Câmara

À tarde, não, porque algumas pessoas não virão à tarde. Por exemplo, foi levantada uma questão seriíssima pelo senhor Merheg Cachum. Ele fez uma das perguntas mais importantes deste Seminário.

Deputado Gerson Gabrielli

Joel, eu gostaria que o senhor se apresentasse.

Senhor Joel Câmara

Perdoem-me, mas é que eu estava muito entusiasmado. Sou Joel Câmara e fui fundador da primeira Associação de Pequenas Empresas do Brasil, depois de, analisando o despontar da liderança do jovem Lula. Vou dar a resposta ao doutor Cachum agora, que perguntou sobre o que pode acontecer com o nosso Brasil, com o nosso país. Quando o Lula despontou como líder de oposição ao então regime, eu escrevi um artigo intitulado "Amanhã talvez seja tarde". Está ocorrendo tudo como nós havíamos previsto na publicação. Nessa época, um homem, que não está presente, levantou a bandeira, muito importante, pela pacificação nacional, de que o pacto social havia falhado. Estou me referindo ao doutor Antonio de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, que, por uma providência divina, há 15 anos advertiu sobre as péssimas perspectivas que o Brasil estava levando naquela circunstância. Eu tive a honra de pegar a minuta do manifesto que doutor Antonio de Oliveira Santos redigiu para mobilizar a classe empresarial para uma posição definida e radical em defesa da empresa nacional, mas fui pouco ouvido.

Então, nessa oportunidade, nós montamos a primeira Associação de Pequena e Média Empresa no Brasil, com o objetivo de um movimento de pacificação e lançamos um manifesto, que um deputado pegou, se preparou para levantar e levar avante, mas não levou. Respondendo, ainda, quando foi na Constituinte, nós ficamos aqui de manhã, de tarde e de noite, e redigimos um documento (que está aqui) dizendo o que seria o Brasil com a nova Constituição, que não tem nada de cidadã. Um grupo de deputados se prontificou a defender essa bandeira e engavetou o nosso estudo. Não satisfeitos, elaboramos um movimento, um documento profundo, intitulado "Movimento de Reconstrução Nacional". No Congresso Nacional, no dia 24 de setembro de 1988, um grande líder nacional, um jovem muito ambicioso, tomou conta do documento, dizendo que iria levar adiante,

transformou num partido e chegou a ser Presidente da República, Fernando Collor de Mello. excelentíssimo senhor Presidente da República, no dia 27 de julho do ano passado, pediu ousadia aos empresários e chamou a todos de "chorões". Isso motivou uma resposta do presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Armando Monteiro Neto, que foi publicada no dia primeiro de agosto, e um artigo de Stephen Kanitz. O doutor Rui Altenfelder, presidente do Instituto Roberto Simonsen, da Federação das Indústrias de São Paulo escreveu: "É preciso considerar muito além das questões ideológicas e partidárias. É hora de decisão". E a decisão não veio.

Deputado Gerson Gabrielli

Senhor Joel, a coordenação pede que o senhor conclua em 2 minutos, por gentileza.

Senhor Joel Câmara

Eu, humildemente, venho participando de seminários há 40 anos e, do jeito que nós ficamos humildemente ouvindo, quero fazer uma proposta: não vos apoquenteis.

Em 1985, foi apresentada a proposta que diz respeito à reivindicação feita aqui pelo assessor do presidente da FIESP, sobre o sistema bancário e associativismo. Está aqui o projeto pronto. Foi aprovado no Senado, mas falta ser reapresentado. Foi apresentado em julho de 1985 pelo Senador Cid Feijó Sampaio, e quando foi para a Câmara, engavetaram. Ele criava um fundo de capitalização social para a empresa brasileira a fim de estimular o associativismo.

Então, em face disso, eu quero que seja considerada a nossa proposta, no sentido de que seja objeto de estudos pelos órgãos encarregados de elaborar para as federações de comércio, indústria e agricultura, esse projeto de lei, que já foi aprovado no Senado Federal, n.º 133/85. Por enquanto, era só o que eu tinha a dizer e muito obrigado pela audiência.

Deputado Gerson Gabrielli

Quero agradecer a sua contribuição, até porque a sua história pessoal e seus cabelos brancos merecem de nós toda a homenagem. As pessoas no Brasil ficam de cabelo branco, muitos envelhecem, mas quem não perde o brilho no olhar, como o senhor, que tem esse brilho intenso, mostra vida, vigor, indignação, e nós precisamos disso, de gás, energia e bons exemplos. Parabéns. Quero agradecer mais uma vez a presença de todos neste painel.